

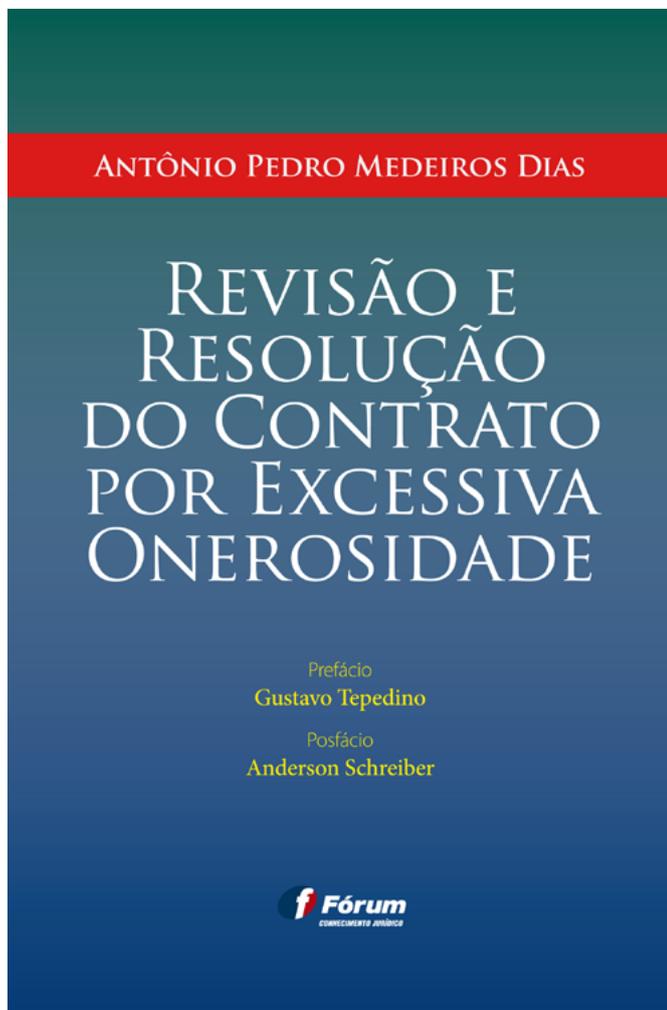
Autor
Antônio Pedro Medeiros Dias

REVISÃO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR EXCESSIVA ONEROSIDADE

Área específica
Direito Civil.

Áreas afins
Direito dos Contratos.

Público-alvo/consumidores
Graduandos e pós-graduandos de Direito.



Revisão e resolução do contrato por excessiva onerosidade oferece ao leitor um estudo profundo do instituto da onerosidade excessiva previsto nos artigos 317, 478, 479 e 480 do Código Civil. Com rigor científico impecável, Antônio Pedro Medeiros Dias promove uma releitura moderna e instigante do instituto, dando ênfase aos aspectos teóricos e práticos da revisão judicial de contratos supervenientemente desequilibrados.

Com densidade teórica, mas de forma extremamente didática, o autor aborda os fundamentos teóricos do instituto da excessiva onerosidade bem como destrincha os requisitos necessários para a sua incidência e os efeitos práticos decorrentes da aplicação da excessiva onerosidade nos casos concretos.

Trata-se de obra imprescindível para todo profissional que se dedica ao estudo dos efeitos do tempo e da alteração das circunstâncias no direito contratual.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001187

D541r

Dias, Antônio Pedro Medeiros

Revisão e resolução do contrato por excessiva onerosidade / Antônio Pedro Medeiros Dias. – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

199 p.

ISBN: 978-85-450-0398-4

1. Direito Civil. 2. Direito dos Contratos. I. Título.

CDD 342.1

CDU 347

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DIAS, Antônio Pedro Medeiros. Revisão e resolução do contrato por excessiva onerosidade. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 199 p. ISBN 978-85-450-0398-4.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
Gustavo Tepedino	
INTRODUÇÃO	15
1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E A CONSAGRAÇÃO DA TEORIA DA EXCESSIVA ONEROSIDADE PELO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	21
1.1 A cláusula <i>rebus sic stantibus</i> e as modernas teorias acerca da alteração superveniente das circunstâncias contratuais....	21
1.1.1 Teoria da imprevisão	29
1.1.2 Teoria da base do negócio jurídico.....	33
1.1.3 Teoria da superveniente onerosidade excessiva da prestação	39
1.2 A excessiva onerosidade no Código Civil brasileiro de 2002	42
2 REQUISITOS DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA EXCESSIVA ONEROSIDADE NO CÓDIGO CIVIL.....	51
2.1 Contratos de duração e necessidade de alteração <i>superveniente</i> na economia do contrato	51
2.2 Evento imprevisível e extraordinário	56
2.2.1 Imprevisibilidade do evento	59
2.2.2 Extraordinariedade do evento.....	63
2.2.3 Hipóteses de eventos imprevisíveis e extraordinários.....	65
2.2.4 Evento não inserido na álea ordinária do contrato.....	67
2.2.5 Possibilidade de invocação de acontecimentos específicos à relação contratual e de alterações meramente transitórias na economia contratual.....	71
2.3 Excessiva onerosidade da prestação.....	73
2.3.1 Excessiva onerosidade e caso fortuito ou força maior	73

2.3.2	Excessiva onerosidade e dificuldade subjetiva de adimplemento	75
2.3.3	Parâmetros de avaliação da excessiva onerosidade	77
2.4	Extrema vantagem.....	87
2.5	Não imputabilidade da alteração superveniente ao devedor que a invoca.....	94
2.5.1	Necessidade de relação direta de causalidade entre o evento imprevisível e extraordinário e a excessiva onerosidade da prestação	95
2.5.2	Impossibilidade da parte inadimplente ou em mora se valer da teoria da excessiva onerosidade.....	98
3	ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA EXCESSIVA ONEROSIDADE.....	103
3.1	Aplicação da teoria da excessiva onerosidade aos contratos bilaterais	103
3.2	Aplicação da teoria da excessiva onerosidade aos contratos unilaterais	104
3.3	Aplicação da teoria da excessiva onerosidade aos contratos aleatórios.....	113
4	EFEITOS DA TEORIA DA EXCESSIVA ONEROSIDADE.....	125
4.1	Os remédios para a excessiva onerosidade superveniente: revisão ou resolução contratual.....	125
4.2	Consequências da resolução e da revisão do contrato.....	141
4.3	A oferta de modificação equitativa do contrato (artigo 479 do Código Civil)	149
4.4	Possibilidades e limites do juiz na aplicação da teoria da excessiva onerosidade.....	158
4.4.1	Situações possíveis e limites do juiz em relação aos princípios processuais da demanda e da congruência	158
4.4.2	Critérios para a revisão judicial dos contratos	162
4.4.3	Possibilidade de afastamento da aplicação da teoria da excessiva onerosidade.....	168
4.4.4	Cláusulas de renegociação (cláusulas de <i>hardship</i>) e de reindexação dos contratos.....	173
	CONCLUSÕES	181
	POSFÁCIO	189
	Anderson Schreiber	
	REFERÊNCIAS.....	193